

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO 2020
DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Ao décimo terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte, com início às dez horas e quatorze minutos e término às doze horas e dezesseis minutos, no auditório do prédio do DCC/ICE, foi realizada a segunda reunião ordinária do Departamento de Ciência da Computação do ano de 2020, presidida pelo Chefe de Departamento, Prof. Marcos de Mendonça Passini. Consideradas as justificativas e perda de direito a voto, o quórum da reunião foi definido como de vinte e cinco membros. A reunião teve a **presença dos (as) professores (as)** André Luiz Oliveira, Bernardo Martins Rocha, Carlos Cristiano Hasenclever Borges, Ciro de Barros Barbosa, Edelberto Franco Silva, Edmar Wellington Oliveira, Eduardo Barrère, Fabrício Martins Mendonça, Fernanda Cláudia Alves Campos, Gleiph Ghiotto Lima de Menezes, Heder Soares Bernardino, Helio José Corrêa Barbosa, Igor de Oliveira Knop, Itamar Leite de Oliveira, Iury Higor Aguiar da Igreja, Jairo Francisco de Souza, José Maria Nazar David, Leonardo Vieira dos Santos Reis, Luciana Brugiolo Gonçalves, Luciana Conceição Dias Campos, Luciano Jerez Chaves, Luiz Maurílio da Silva Maciel, Marcelo Caniato Renhe, Marcelo Ferreira Moreno, Marcelo Lobosco, Marco Antônio Pereira Araújo, Marcos de Mendonça Passini, Mario Antonio Ribeiro Dantas, Priscila Vanessa Zabala Capriles Goliatt, Rafael Alves Bonfim Queiroz, Rodrigo Luis de Souza da Silva, Ruy Freitas Reis, e Wagner Antonio Arbex; **da TAE** Jessyka Gonçalves de Oliveira; e **dos representantes discentes** Airton Ribeiro de Moura Gomes Filho e Leonardo Gregório de Andrade. Tiveram suas **ausências devidamente justificadas os professores (as)** Alex Borges Vieira (afastamento), Bárbara de Melo Quintela (afastamento), José Jerônimo Camata (banca de doutorado), Liamara Scortegagna (afastamento), Marcelo Bernardes Vieira (defesa de orientanda do mestrado), Rodrigo Weber dos Santos (férias), Stênio Sã Rosário Furtado Soares (afastamento) e Victor Ströele de Andrade Menezes (afastamento). Tiveram suas **ausências registradas os professores** Alessandra Marta de Oliveira Julio, Eduardo Pagani Júlio, Lorenza Leão Oliveira Moreno, Luiz Felipe Carvalho Mendes, Raul Fonseca Neto, Regina Maria Maciel Braga Vilela e Saulo Moraes Vilela; **a TAE** Josiane Cristina dos Santos.

0 – Apreciação da pauta. O Presidente da Assembleia, Professor Marcos de Mendonça Passini apresentou a pauta para apreciação. A Professora Luciana Conceição Dias Campos solicitou que fosse incluída a formação de uma comissão para organizar a eleição da nova Coordenação do Curso de Sistemas de Informação. Ao verificar as datas, ela percebeu que seu mandato se encerraria no começo de abril, e não no final. O Presidente da Assembleia aceitou a solicitação, e deixou esse tópico para ser discutido antes dos itens finais, que poderiam gerar maior discussão. Votação da pauta: aprovada por unanimidade.

1. Apreciação das atas de Assembleias anteriores: A ata referente à última reunião de 2019 ainda está com a secretária Ana Carolina, que redigiu a ata em questão e ficou responsável por realizar os ajustes solicitados. Sendo assim, está em votação apenas a ata da 1ª reunião ordinária do ano de 2020. O Presidente da Assembleia solicitou que a TAE Jessyka Gonçalves de Oliveira esclarecesse algumas informações a respeito da ata. A TAE em questão iniciou solicitando que os membros prestassem bastante atenção à assinatura da lista de presença. Na reunião anterior participantes assinaram no lugar errado, assinaram fora do limite da própria linha, dando a entender que membros ausentes estavam presentes, membros que alegam que

estavam presentes, mas não assinaram a lista. Todos esses incidentes causam um problema na hora de produzir a ata, podendo vir a comprometer a comprovação futura de que a reunião teve quórum, ou fazer com que alguns professores percam o direito a voto, mesmo não tendo faltado o número de reuniões estipulado para isso. Outro ponto levantado, diz respeito aos representantes discentes. O Professor Stênio São Rosário Furtado Soares solicitou que sejam incluídos nas atas os nomes dos representantes discentes ausentes. Entretanto, os representantes discentes fazem um revezamento, para que ninguém saia prejudicado. Além disso, apenas a graduação em Engenharia Computacional e as duas Pós-graduações enviam representação discente. Os outros três cursos presenciais do Departamento não possuem representação discente ativa. Para resolver questão dos nomes nas atas, o Professor Eduardo Barrère sugeriu que cada assento discente possua um titular e suplente fixos, uma vez que não só esses nomes precisam constar nas atas, mas os discentes devem ser cadastrados no SEI para assinarem as mesmas. Com relação à quantidade de representantes discentes, ficou decidido que cada pós-graduação teria direito a um assento, o curso de Engenharia Computacional manteria também o seu (um) assento, e três assentos seriam destinados ao Diretório Acadêmico unificado dos cursos e Ciência da Computação, Ciência da Computação Noturno e Sistemas de Informação. Dessa forma, serão 6 (seis) assentos no total destinados para a representação discente, e para cada um deles deve ser definido um titular e um suplente. O Presidente da Assembleia colocou em votação a aprovação da ata da 1ª reunião de 2020. Votação: 2 abstenções; aprovada. **2 – Apreciação do Regimento da Comissão Orientadora dos Estágios do Curso de Licenciatura em Computação e da Resolução nº.001/2020/COE/LiComp:** O Presidente da Assembleia apresentou os documentos para serem apreciados pelos presentes. A Professora Liamara Scortegagna, coordenadora do curso de Licenciatura em Computação, infelizmente não estava presente. Dessa forma, a Professora Luciana Brugiolo Gonçalves explicou que se trata do Regimento da COE (Comissão Orientadora dos Estágios) e também do documento que irá nortear os estágios a serem realizados pelos alunos do Curso de Licenciatura da Computação. A documentação é necessária para que a PROGRAD saiba quando o aluno está apto ou não a realizar o estágio. O Professor André Luiz Oliveira, que é Presidente da COE para os cursos presenciais, informou que ainda não teve tempo de olhar o documento, para oferecer uma opinião mais acertada. A Professora Luciana Brugiolo disse que a formulação dos documentos seguiu o que vem sendo aplicado para os cursos de Ciência da Computação, com algumas alterações pertinentes à natureza do curso de Licenciatura da Computação. Alguns membros da Assembleia trouxeram questionaram se de fato haveria necessidade de votar tais documentos em reunião departamental, ou se o próprio colegiado do curso não poderia aprovar. A Professora Luciana Brugiolo não soube responder, e a Professora Liamara, que decidiu colocar como item de pauta não estava presente. O Professor Barrère, na condição de Diretor do Instituto de Ciências Exatas, informou que quando existe um colegiado de curso ativo, ele possui autonomia para deliberar sobre esse tipo de questão. Já aconteceu em outros Departamentos com cursos em que o colegiado não estava ativo, de passar pela reunião de Departamento antes de ir para o Conselho de Unidade. A Professora Fernanda Cláudia Alves Campos questionou sobre os estágios não obrigatórios, e se eles estão previstos nessa atualização. Ela questionou a logística necessária para manter estágios dessa natureza em cursos cujos alunos (e as empresas a ofertar os estágios) estão geograficamente distantes. A dúvida é se a legislação atual exige, ou ao menos permite esse tipo de estágio. A Professora Luciana Brugiolo informou que essa demanda surgiu no ano anterior, e não sabendo do histórico complicado trazido pela Professora Fernanda, a demanda foi atendida. No entanto, a realização de estágio não obrigatório só é permitida quando o estágio está de acordo com a área de atuação do egresso. O Professor Rafael Alves Bonfim Queiroz sugeriu que o Professor André, que possui maior competência para isso, olhasse os documentos com calma, inclusive avaliando se ele está o menos engessado possível. Durante esse tempo, os documentos seriam votados no Colegiado de curso e, se necessário, voltariam para serem votados pela

Assembleia. Votação entre votar os documentos imediatamente ou seguir a sugestão do professor Rafael: votar imediatamente: 0 votos; 7 abstenções; aprovada a proposta dos professor Rafael. **3 – Progressão dos Professores Alessandra Marta de Oliveira Julio e José Jerônimo Camata:** O Presidente da Assembleia exibiu o relatório da Professora Alessandra, e informou que ela está progredindo de Adjunto 2 para Adjunto 3. Votação: 1 abstenção; aprovado. Em seguida, foi exibido o relatório do Professor José Jerônimo Camata. O Professor Barrére observou que não consta no relatório o afastamento médico do Professor Camata no ano de 2019, o que abre margem para interpretações equivocadas, de que o Professor não deu aulas ao longo do ano porque não quis, por exemplo. Como o Professor Camata não estava presente, e devido à possibilidade de alterações por parte do Governo, que dificultariam as progressões e promoções, o Professor Passini sugeriu aprovar o relatório com a ressalva de que o Professor Camata deveria fazer essa alteração. A princípio, o Professor Igor de Oliveira Knop disse que a votação não era por mérito, pois os 2 últimos RITs do Professor Camata já haviam sido aprovados. Depois, ele lembrou que o RIT de 2019 na verdade não foi votado. Sendo assim, a votação passou a ser por mérito, e portanto secreta, com o uso de cédulas. A possível aprovação ficou condicionada ao acréscimo por parte do Professor Camata de informações sobre o seu afastamento no ano anterior. Votação: 30 votos favoráveis; 2 votos contrários; 2 votos em branco. Aprovado. **4 - Comissão para eleger a nova Coordenação do Curso de Sistemas de Informação:** O Presidente disse que não necessariamente o Departamento deveria designar uma Comissão nesse caso, pois o Colegiado de Curso possui autonomia para realizar esse procedimento. Porém como se trata de uma prática já estabelecida, e os demais membros do Departamento estão de acordo com essa prática, foi solicitada a manifestação de ao menos um docente voluntário, para compor a Comissão juntamente com um discente e um TAE. O docente em questão deve entrar em contato com o discente (ainda a ser escolhido) e com os TAEs do NRC, para verificar se algum se disponibiliza a participar da Comissão. Os professores Gleiph Ghiotto Lima de Menezes e Itamar Leite de Oliveira se voluntariaram. Nenhum membro da Assembleia foi desfavorável à indicação dos dois. Aprovado. **5 - Mandato de membros das Comissões Permanentes:** O item em questão foi incluído pelo Presidente da Assembleia, pensando na Comissão de Plano Departamental e na Comissão Permanente para Avaliação Docente. Essas comissões foram criadas para auxiliar a Chefia de Departamento, tendo em vista o aumento no número de membros e complexidade do mesmo. Entretanto, não está claro de forma explícita alguns pontos sobre o funcionamento das mesmas, como o número de membros, critério de eleição e atribuições pertinentes a cada uma. Esse item especificamente trata da duração dos mandatos dos membros das comissões mencionadas. Uma questão levantada durante a reunião foi sobre a importância de não se renovar a comissão inteira de uma vez, devido à necessidade de utilizar o conhecimento já adquirido, mantendo assim uma continuidade. Quatro propostas foram levantadas, são elas: opção A - 2 anos com 1 recondução e reeleição livre; opção B - 2 anos com reeleição livre; opção C - 2 anos com 1 reeleição e possibilidade de se reeleger após interstício de 2 anos ou uma eleição; opção D - 3 anos com reeleição livre. Votação: opção A - 14 votos; opção B - 7 votos; opção C - 1 voto; opção D - 12 votos. Aprovada a opção A. **6 - Recomposição da Comissão Permanente para Avaliação Docente (CPAD):** O Professor Rodrigo Luís de Souza da Silva enviou um ofício para a Chefia solicitando formalmente a sua saída da CPAD. Durante a reunião, o Professor Igor de Oliveira Knop informou que tinha uma mensagem do Professor Saulo Moraes Villela também manifestando sua vontade de sair da comissão. O Professor Marcelo Ferreira Moreno informou que a Professora Lorenza Leão Oliveira Moreno também desejava sair. O Professor Barrére precisa ser exonerado, pois qualquer recurso irá para a Direção da Unidade Acadêmica, onde ele exerce atualmente a função de Diretor. O Presidente da Assembleia reforçou a necessidade dos interessados em deixar a Comissão formalizarem o pedido de saída, assim como o Professor Rodrigo Luís o fez. Dessa forma, seriam abertas 2 ou 4 vagas, dependendo da formalização dos pedidos do Professor Saulo e da Professora Lorenza. O

Professor Igor apontou como sendo problemática a atitude do Departamento de decidir tudo de última hora. Segundo ele, é interessante que quando houverem vagas para qualquer comissão ou atividade, isso seja informado com antecedência a todos os membros do Departamento, para que eles tenham a possibilidade de se informar melhor a respeito. Do contrário, o que acontece é que ou as vagas são ocupadas por alguém que já estava sabendo e já manifestou interesse prévio, ou alguém acaba aceitando na hora, por não ter outros interessados, mas sem saber a natureza do trabalho. O Professor Mário Antonio Ribeiro Dantas voltou a falar da possibilidade de se criar câmaras, que ao contrário das Comissões, teriam poder deliberativo. Ele considera que trabalho por parte dos membros de comissões é muito desgastante, pois é feito o estudo, o levantamento de dados, é elaborada uma proposta, para chegar na reunião departamental e pessoas sem o conhecimento mais aprofundado poder votar de forma contrária, às vezes jogando o trabalho todo fora. As câmaras possibilitam que as pessoas se aprofundem nos assuntos de seus interesses, ao mesmo tempo em que são extremamente democráticas, permitindo que qualquer interessado possa participar. O Presidente da Assembleia recordou que de fato o Professor Mário já falou algumas vezes nas Câmaras, e que apesar de ser simpático à ideia, ainda não parou para se dedicar aos assunto. Ele convidou o Professor Mário para que se reunissem ao longo da semana seguinte, para elaborar um projeto mais concreto, a ser trazido na reunião seguinte. Apesar da ideia das câmaras não sofrer objeções nesse primeiro momento, o Professor Ruy Freitas Reis manifestou uma preocupação em tornar a Comissão de Plano Departamental ou a CPAD órgãos deliberativos, especialmente tendo em vista o caso recente do Professor Wagner Antonio Arbex. O Professor Mário esclareceu que o trabalho da CPAD, pensando no âmbito do Direito, é totalmente ilegal. A questão da promoção e progressão deveria ser feita pelo setor de Recursos Humanos da Universidade, e cada Professor só pode ser avaliado por outros em nível igual ou superior ao que ele irá pertencer caso seja aprovado. O Professor Igor lembrou que a CPAD foi criada por exigência da Direção, e não de forma arbitrária pelo Departamento. Além disso, ela não possui qualquer poder deliberativo. O Professor Mário insistiu que apesar da terceirização do trabalho por parte dos Recursos Humanos, que repassou a função aos Departamentos, a CPAD é ilegal do ponto de vista jurídico. O Professor Wagner Arbex pediu a palavra para esclarecer que no que concerne ao caso dele, ele esteve presente na reunião anterior, expondo o seu ponto em respeito ao trabalho da CPAD e de todo o Departamento. Considerando-se que havia a possibilidade de ser exigido que ele estivesse no Departamento no mínimo 21 horas por semana, mesmo tendo um contrato de 20 horas semanais, ele poderia ter deixado passar, e depois entrar com uma ação judicial contra a Universidade. Além disso, ele ressaltou a importância de embasar com documentos as decisões de quantas horas de aula um professor com 20 ou 40 horas semanais pode dar, e de se definir com clareza quais as atribuições de cada comissão ou cada câmara. O Presidente apresentou a proposta, baseada na fala do Professor Igor, de decidir na próxima reunião, para que eventuais interessados possam pensar sobre o assunto, e procurar os atuais membros para compreender melhor o trabalho. Proposta aprovada de forma unânime. O Professor Igor fez um apelo para que os professores dos níveis mais altos participem da Comissão. Além disso, aproveitou para agradecer aos Professores que estão saindo pelo trabalho feito.

7 - Definição das atribuições da Comissão de Plano Departamental: Essa questão surgiu durante a elaboração do último plano departamental, quando todos os membros da Comissão chegaram a um entendimento, enquanto o Chefe de Departamento teve outra compreensão. A dúvida era se a Comissão tem a tarefa de assessorar o Chefe na elaboração, mas em última instância ele tem o poder de decidir a versão do Plano a ser trazida para a Assembleia, ou se a Comissão é responsável por elaborar o plano, e o Chefe de Departamento é só mais um membro. O entendimento geral da Assembleia foi de que a Comissão de Plano Departamental auxilia na elaboração do plano, mas que o Chefe de Departamento possui poder de decisão soberano, uma vez que o próprio regimento da UFJF prevê que o Chefe de Departamento é responsável pelo plano departamental. A Professora

Priscila Vanessa Zabala Capriles Goliatt mencionou ainda que um problema do Departamento é que não existe um regimento interno. As decisões são tomadas, comissões são criadas, tarefas são realizadas, sem que exista um documento único, disponível a todos, que centralize todas essas questões, e auxilie nos momentos em que essas dúvidas surgem. Ademais, é importante lembrar que as decisões do Departamento não podem ir contra o regimento da UFJF. Nesse caso, por exemplo, a Assembleia não pode atribuir à Comissão o poder de decidir sobre o plano, passando por cima da visão do Chefe, uma vez que a responsabilidade é dele. Posteriormente, o plano departamental é apresentado para a Assembleia, que pode ou não aprová-lo, mas o plano trazido para a discussão deve apresentar a visão do Chefe, ainda que os demais membros da Comissão discordem de alguns pontos. Caso algum membro da Comissão ou da Assembleia em geral queira manifestar sua discordância, isso pode ser feito quando o plano for apresentado em reunião. **8 - Comunicados Gerais:** O Presidente da Assembleia informou que a partir de agora as reuniões acontecerão sempre na primeira sexta-feira de cada mês, o que permite que cada membro organize melhor seus outros compromissos. O Professor Barrère pediu para dar dois avisos. O primeiro é que ele iria enviar a listagem de todas as melhorias que a Direção do ICE juntamente com o NRC fez nos laboratórios. O segundo recado foi sobre o coronavírus, e quais procedimentos seriam adotados a partir de então. Os diretores das Unidades Acadêmicas da área da saúde, juntamente com o Professor Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Superintendente do Hospital Universitário (HU), o Reitor Marcus Vinicius David e a Vice-Reitora Girlene Alves da Silva, estiveram em reunião na parte da manhã, e estabeleceram o Comitê de Monitoramento e Orientação de Conduta da UFJF sobre o COVID19. Esse Comitê já estava reunido enquanto ocorria a reunião Departamental, e provavelmente a tarde, na reunião do Consu, seriam repassadas mais informações. O Professor Barrère disse que assim que tivesse mais informações, estas seriam repassadas aos demais. O Presidente da Assembleia informou ainda que o processo de recapeamento do anel viário da UFJF, feito com verba federal, ainda estava previsto para durar até abril, e durante esse período estaria aberta uma entrada alternativa, próxima ao CRITT, que dá acesso ao bairro Aeroporto. A TAE Jessyka Gonçalves de Oliveira repassou o pedido do vigia noturno (nome não informado), que solicitou que os ocupantes do prédio mantenham a porta principal de entrada fechada no período da noite, pois muitas vezes ele passa e a porta está fechada, e quando ele retorna a porta se encontra aberta, em horários mais tardios, e com pouca movimentação. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu a reunião por encerrada e eu, Jessyka Gonçalves de Oliveira, lavrei a presente ata que, após aprovada será assinada pelos membros que a aprovaram.

Juiz de Fora, 13 de março de 2020.

Jessyka Gonçalves de Oliveira

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Alessandreia Marta de Oliveira Julio	
2	Alex Borges Vieira	
3	André Luiz Oliveira	
4	Bárbara de Melo Quintela	

5	Bernardo Martins Rocha	
6	Carlos Cristiano Hasenclever Borges	
7	Ciro de Barros Barbosa	
8	Edelberto Franco Silva	
9	Edmar Welington Oliveira	
10	Eduardo Barrére	
11	Eduardo Pagani Júlio	
12	Fabrcio Martins Mendonça	
13	Fernanda Cláudia Alves Campos	
14	Gleiph Ghiotto Lima de Menezes	
15	Heder Soares Bernardino	
16	Hélio José Corrêa Barbosa	
17	Igor de Oliveira Knop	
18	Itamar Leite de Oliveira	
19	Iury Higor Aguiar da Igreja	
20	Jairo Francisco de Souza	
21	Jessyka Gonçalves de Oliveira	
22	Jose Jerônimo Camata	
23	José Maria Nazar David	
24	Josiane Cristina dos Santos	
25	Leonardo Vieira dos Santos Reis	
26	Liamara Scortegagna	
27	Lorenza Leão Oliveira Moreno	
28	Luciana Brugiolo Gonçalves	
29	Luciana Conceição Dias Campos	
30	Luciano Jerez Chaves	
31	Luiz Felipe Carvalho Mendes	
32	Luiz Maurilio da Silva Maciel	
33	Marcelo Bernardes Vieira	
34	Marcelo Caniato Renhe	
35	Marcelo Ferreira Moreno	
36	Marcelo Lobosco	
37	Marco Antônio Pereira Araújo	
38	Marcos de Mendonça Passini	
39	Mario Antonio Ribeiro Dantas	
40	Priscila Vanessa Zabala Capriles Goliatt	
41	Rafael Alves Bonfim de Queiroz	
42	Raul Fonseca Neto	
43	Regina Maria Maciel Braga Villela	
44	Rodrigo Luis de Souza da Silva	
45	Rodrigo Weber dos Santos	
46	Ruy Freitas Reis	
47	Saulo Moraes Villela	
48	Stênio Sã Rosário Furtado Soares	
49	Victor Ströele de Andrade Menezes	
50	Wagner Antonio Arbex	